

Contribuições para o “estado da arte” das pesquisas em educação no período colonial

Contributions to the “state of the art” of research in education in the colonial period

Márcia Regina da Silva*

Marisa Bittar**

Maria Cristina Piumbato Innocentini Hayashi***

* Doutoranda em Educação (UFSCar). Bibliotecária da Universidade de São Paulo – Ribeirão Preto/SP.
e-mail: marciaregina@usp.br.

** Doutora em História Social (USP). Professora titular do Departamento de Educação e Vice-Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFSCar.
e-mail: bittar@power.ufscar.br.

*** Doutora em Educação (UFSCar). Professora associada do Departamento de Ciência da Informação e do Programa de Pós-Graduação em Educação Especial da UFSCar.
e-mail: dmch@power.ufscar.br.

Resumo

Com o intuito de contribuir para um reconhecimento da produção científica no que diz respeito à temática Educação Colonial, realizou-se uma pesquisa de levantamento no *Currículo Lattes* para a identificação de artigos científicos publicados com esta temática. É importante destacar que o estudo realizado não é exaustivo e definitivo, mas visou apenas uma caracterização dessa produção científica, constituindo-se, portanto, em contribuições ao estado da arte sobre a temática enfocada. Os resultados indicaram que há 23 pesquisadores que trabalham com a história da educação colonial brasileira, porém somente 11 abordam especificamente a educação no período colonial. Observou-se que a produção inicial do campo da história da educação no período colonial vem sendo investigada, ainda que de maneira esporádica, revelando que existe um interesse ainda tímido por este objeto de pesquisa em relação a outras temáticas pesquisadas na área de Educação.

Palavras-chave

História da educação. Educação colonial. Análise da produção científica.

Abstract

With intention to contribute for a recognition of the scientific production in what it says respect to the thematic Colonial Education, a research of survey in the Lattes Resume (or Curriculum Lattes) was become fulfilled for the published scientific article identification with this thematic. It is important to detach that the carried through study is not exhausting and definitive and neither aimed at to the elaboration of a state of

the art on the thematic focused, but only one characterization of this scientific production. The survey indicated that there are 23 researchers that work with the history of the brazilian colonial education, however only 11 approach specifically the education in the colonial period. However, we observe that initial production of the field of the history of the education in the colonial period comes being investigated, despite in sporadical way, showing that the interest for this object exists, but this interest still is shy in relation to other thematic ones searched in the education area.

Key words

History of the education. Colonial education. Analysis of the scientific output.

Introdução

Este artigo tem o objetivo de caracterizar a produção científica publicada que tem como temática a educação brasileira no período colonial. A motivação para sua elaboração vem da necessidade de maior conhecimento das pesquisas realizadas sobre este período da História da Educação Brasileira, haja vista que, mesmo com o crescimento e consolidação da produção científica brasileira na área de educação, pouco se tem pesquisado e publicado sobre este período da história da educação.

Ao refletir sobre a história da educação, Saviani (2005) menciona que ela se desenvolveu como um domínio de caráter pedagógico paralelamente e, mesmo, à margem das investigações propriamente historiográficas; embora, ao longo principalmente da última década, os investigadores-educadores especializados na história da educação tenham feito um grande esforço para adquirir competência no âmbito historiográfico de modo a estabelecer um diálogo de igual para igual com os historiadores. Essa afirmação demonstra o quanto importante são os estudos a respeito do campo que se denomina História da Educação e que tem sido objeto de reflexão de

várias pesquisas acadêmicas conforme pode ser verificado nos inúmeros trabalhos apresentados em eventos da área e na extensa produção científica disponível.

Hoje, existem inúmeras possibilidades de divulgação das pesquisas científicas, seja por meio impresso, seja por meio digital, o que torna possível realizar um levantamento mais abrangente da produção científica de determinada área do conhecimento. Mesmo assim, dificilmente conheceremos a totalidade de estudos e pesquisas sobre determinado assunto. Talvez seja por esta razão, como acredita Ferreira (2002), que um conjunto significativo de pesquisas denominados "estado da arte" ou "estado do conhecimento" seja produzido.

Este conjunto de considerações constituiu-se em ponto de partida para a realização de um estudo de caráter exploratório e descritivo com o objetivo de caracterizar a produção científica de artigos científicos que tenham a presença da temática educação colonial brasileira. Para o levantamento dos artigos científicos utilizamos como fonte de dados o *Currículo Lattes* da *Plataforma Lattes*. Para fundamentar teoricamente o trabalho recorreremos à literatura de referência da história da educação para a compreensão dos principais aspectos históricos

deste período.

Não é pretensão neste artigo realizarmos uma pesquisa do tipo “estado da arte”, mas apenas identificar e apresentar algumas características das pesquisas em educação no período colonial com base em um levantamento desta produção científica.

O artigo está estruturado em quatro partes. Iniciamos apresentando uma breve revisão histórica da educação brasileira no período colonial, seguida de um esboço da historiografia da educação colonial brasileira. Em seguida, traçamos o percurso metodológico da pesquisa e descrevemos e analisamos os resultados obtidos.

A construção deste estudo apoiou-se em uma revisão de literatura sobre a educação colonial brasileira. É o que apresentaremos a seguir.

1 Educação brasileira no período colonial: um breve (re) contar da história (1549-1822)

Segundo Bittar (2006), as fontes são produzidas no passado e estão no passado, mas quem as convoca são pessoas do presente. As fontes são importantes para os questionamentos propostos. Desta forma, o passado só vai ser presente se nós o convocarmos, ou seja, os interesses do presente agem sobre o passado. Esta posição reforça nossa idéia de buscar a compreensão do período colonial tendo sempre como pano de fundo o contexto no qual a história se concretizou.

A educação brasileira atual está calçada nas Leis de Diretrizes de Bases 9394/96 e hoje, mais de 500 anos após o des-

cobrimento, somos um país com cerca de 16 milhões de analfabetos com 15 anos ou mais e 30 milhões de analfabetos funcionais (INEP, 2003). A educação pública moderna se caracteriza pela gratuidade, obrigatoriedade, co-educação dos sexos e direcionamento do ensino para o interesse dos alunos. Características discutíveis? Acreditamos que sim, porém, este cenário é bem mais animador do que os 273 anos da educação colonial, já que neste período, a escola era privilégio de poucos.

Dos 273 anos da história brasileira conhecida como período colonial, 210 anos (1549-1759) tiveram a presença e grande influência dos padres jesuítas. Os jesuítas exerceram a hegemonia nesse período. Eles tinham um projeto cultural hegemônico, apesar de se constituírem, a priori, em um grupo muito pequeno. Apesar desta constatação, esta atuação é pouco tratada na pesquisa da história da educação. Porém, acreditamos que dificilmente conheceremos a educação brasileira no período colonial sem reconhecermos os jesuítas como ícones da educação neste período. De acordo com Sangenis (2004, p.43), na história da educação, “é pacífico falar em um ‘período jesuítico’, absolutizando o fator preponderante ao mesmo tempo em que desconsidera as demais vertentes educacionais identificadas a outros grupos”. Outras ordens religiosas se instalaram no Brasil Colônia e dedicaram-se também às catequizações; porém, os jesuítas foram soberanos em relação ao tempo (210) de permanência no Brasil e ao sistema pedagógico desenvolvido.

Qual o papel dos padres jesuítas na educação brasileira? Qual a influência do

processo pedagógico dos jesuítas na educação contemporânea? Apesar de levantarmos estas questões, não temos interesse de tomarmos um posicionamento a priori, pró ou contra as ações dos jesuítas no Brasil, já que observamos ser esta uma característica da historiografia jesuítica, ora com correntes favoráveis, ora com críticas duras sobre a presença dos jesuítas por mais de 200 anos no País.

Para reforçar o que foi dito recorremos a Alves (2005, p.618) que ao se referir à contribuição jesuítica observa que a “análise do patrimônio histórico-educacional, no Brasil, tem transitado abruptamente da apologia à crítica negativa” O autor também comenta que “nem aquela nem esta são caminhos da crítica científica, caminhos da superação por incorporação”.

Sendo assim, para não correr o risco de tomar uma posição precipitada sobre este período, é importante estar atento ao contexto em que os jesuítas estavam inseridos. No século XVI (1517) o Cristianismo estava em crise. A Reforma Protestante de Martin Lutero contribuiu para uma cisão sem volta da cristandade. Por este rompimento com o cristianismo houve guerras sangrentas na Europa. As escolas neste período eram monásticas e catedráticas. As letras da cultura europeia estavam intimamente ligadas à religião (Deus, fé, cristianismo). Sendo assim, a escola nasce ligada à fé. A Igreja tinha o papel de explicitação da fé, era o próprio Estado. Esta realidade marca a origem da Companhia de Jesus.

As principais características das ordens religiosas no século XVI eram a clausura, a oração, a contemplação, o jejum, a

sublimação da vida. Porém, a ordem dos jesuítas não nasce com estas características, nasce mais próximo ao mundo secular. Os jesuítas estavam abertos para conhecer outras experiências. Talvez por esse espírito de peregrinação o Rei de Portugal os tenha escolhido para cristianizar a gente de nossa terra. Embora entendamos que o objetivo do Rei não era criar escolas; mesmo assim, no Brasil, os jesuítas abrem escolas em todas as aldeias, depois os colégios. No século XVI tinham 3 escolas; no final do século XVI, tinham 16 colégios. O número de escolas neste período no País pode ser considerado grande em relação à quantidade de habitantes.

Ao estudar a temática educação no período colonial, não há como nos desvincilarmos da influência das instituições religiosas. A religião teve um papel *sine qua non* para o desenvolvimento da educação e da cultura brasileira, principalmente nos três primeiros séculos após o descobrimento.

A vinda dos jesuítas para o Brasil fez parte de uma estratégia da Igreja Católica que, por volta da década de 30 do século XVI, iniciava o movimento Contra-Reforma. O Concílio de Trento, iniciado em 1535, teve a finalidade de combater a Reforma Protestante e, ao mesmo tempo “renovar” a Igreja Católica diante das grandes mudanças que vinham ocorrendo. Um dos possíveis meios pelos quais se pretendia combater a tomada protestante deu-se através da criação da Companhia de Jesus, fundada em 1534 por Santo Inácio de Loiola. A proposta da Companhia de Jesus pode ser destacada como:

Uma fé inabalável, como a dos primeiros apóstolos, e dispostos a todos os sacrifícios; uma disciplina que dava aspectos de milícia à nova Ordem, fundada em plena tempestade da Reforma, pelo intrépido soldado de Pamplona e uma cultura literária sagrada e profana, erguida a um nível e utilizada como instrumento de dominação, na luta contra o protestantismo e na instalação do poder da Igreja entre os povos infiéis (AZEVEDO, 1960, p. 502).

Somente em 1549, quase 50 anos após o descobrimento do Brasil, a Companhia de Jesus, sob direção do Padre Manoel da Nóbrega, chega ao país com a missão de converter os gentios e fortalecer o sistema católico abalado pela reforma Protestante. Apesar de uma missão religiosa, os missionários desdobraram-se e multiplicaram suas atividades. Dessa forma, podemos observar nas palavras de Azevedo (1960, p.244) como pode ser definida a proposta da Companhia de Jesus:

A Companhia de Jesus não se limitava a doutrinar a todos com a palavra cristã, edificando-os com os sacramentos e os exemplos de suas virtudes nem empregava somente os meios religiosos para difundir o Evangelho e assegurar a coesão moral e a fidelidade das tribos catequizadas: [...]; abria escolas de ler e escrever, chegando a edificar, com suas próprias mãos, colégios como o de São Vicente, e, em 1554, o de S. Paulo nos campos de Piratininga; concentrava os índios em aldeamento em que, à sombra da igreja e das escolas se cultivavam as terras e se praticavam todas as indústrias necessárias; [...]

Imaginem o impacto que os padres jesuítas tiveram ao chegar no Brasil em 1549, vindos da Europa que, no século XVI, encontrava-se muito mais desenvolvida?

Tão logo chegaram, tiveram que, a princípio, deixar a intelectualidade de lado e trabalharem na construção da cidade de Salvador, sem saneamento básico, convivendo com indígenas, com alimentação diferenciada, sem nenhuma estrutura ou organização.

Segundo Ramos (1977, p.138) "a implantação das escolas jesuítas em nosso meio decorreu, de um lado, dos propósitos missionários da Companhia de Jesus, e, de outro, da política colonizadora inaugurada por D. João III". Chegaram então no Brasil com a finalidade de catequese e ensino e acabaram sendo responsáveis por toda a educação, além do envolvimento em assuntos políticos, na construção de prédios onde se instalaram os colégios e as Igrejas, na administração de fazendas, etc.

Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil*, afirma que os portugueses não tinham uma lógica racional de organização, pois não vieram para cá para construir uma nação. Exemplo disso são as cidades brasileiras, construídas ao "Deus-dará", cheias de vielas tortas e sem planejamento. Porém, o primeiro objetivo dos colonizadores portugueses e dos padres jesuítas era a conversão dos índios. Para isso não mediram esforços.

As escolas e os colégios que os jesuítas construíram foram os principais e os mais sólidos pontos de apoio da expansão missionária. Durante os três séculos que abrangem o período colonial, o ensino no Brasil encontrava-se estritamente ligado ao clero. Embora os missionários se dedicassem ao ministério espiritual, não esqueceram o cultivo das ciências e das letras, período que chamaríamos depois de ensino público.

A vinda dos padres jesuítas não só marca o início da história da Educação no Brasil como também deixa resultados para a nossa cultura e civilização. Gilberto Freyre, em *Casa Grande & Senzala*, aborda a formação da sociedade brasileira sob a influência da colonização portuguesa. Ele retrata o cotidiano no Brasil colonial e sua relação com o comportamento do homem brasileiro. Para Freyre (1990), a formação de uma sociedade “agrária, escravocrata e híbrida” relaciona-se com a forma de colonização. Freyre (1990) enfatiza ainda o importante papel dos jesuítas na tentativa de implantar uma sociedade estruturada com base na fé católica. “Para catequizar os índios, os jesuítas decidiram vesti-los e tirá-los de seu habitat. Já o senhor de engenho tenta escravizá-lo”.

Para os padres da Companhia de Jesus, os índios acreditavam em tudo e aprendiam e desaprendiam os ensinamentos rapidamente. Havia uma enorme quantidade de aldeias espalhadas pela floresta, que falavam diferentes línguas. Era preciso unificar as tribos para poder pregar a doutrina católica. O menino indígena servia de intérprete aos jesuítas, que aprendiam com eles as primeiras palavras em tupi. Os padres puderam então escrever uma gramática, unificando as línguas indígenas. Estava criado o tupi-guarani, considerado, segundo Sebe (1982, p.75) “um instrumento apto e próprio para a conquista das almas”. Segundo este autor:

Com o método jesuítico, os índios deveriam primeiro aprender as palavras, depois seu significado, e em seguida as intenções. Isto explica a meta dos loianos em respeito

à língua brasílica. Seriam etapas a serem vencidas. Era o plano que acabou por não desenvolver, ficando apenas nas primeiras etapas. (SEBE, 1982, p.75)

Nos anos de permanência dos jesuítas em solo brasileiro, foram eles quase os únicos educadores do Brasil e, embora guiados por ideais religiosos, davam à educação um papel primordial em seus planos de atividades.

Associar a escola com a Igreja era um pensamento comum no período colonial. Hoje, ao analisarmos este período, não temos dúvida quanto a essa veiculação. Talvez a associação da Igreja com a escola possa ser atribuída ao Padre Manoel da Nóbrega que concebera o plano de levantar sobre os alicerces do ensino toda a obra de catequese e colonização. Aliás, por suas idéias modernas de administração, Nóbrega pode ser considerado o grande estrategista do cristianismo no Brasil colonial. Já a implementação de métodos de estudos pode ser atribuída a José de Anchieta. Anchieta foi considerado figura central no movimento de propagação da fé, tanto pelas suas virtudes como pelas suas aptidões intelectuais.

O material pedagógico utilizado em todos os colégios, nas primeiras décadas, foi elaborado por Anchieta. Este material consistia em canções, pequenas peças de teatro, compêndios. Embora este material não seguisse nenhuma base pedagógica consistente, tornou-se de uso corrente em quase todos os colégios.

É nessa obra de educação popular, nos pátios de seus colégios ou nas aldeias da catequese, que os jesuítas assentaram os fundamentos do seu sistema de ensino, e se têm, pois, de procurar o sentido da

missão da Companhia, cujo papel na história dos progressos do Cristianismo e da instrução no Brasil tinha que ser, em mais de dois séculos, tão principal e, incontestavelmente, superior ao das ordens religiosas. [...] Atraindo os meninos índios às suas casas ou indo-lhes ao encontro nas aldeias. Associando, na mesma comunidade escolar, filhos de nativos e reinóis, – brancos índios e mestiços, e procurando na educação dos filhos, conquistar e reeducar os pais, os jesuítas não estavam servindo apenas à obra de catequese, mas lançavam as bases da educação popular e, espalhando nas novas gerações a mesma fé, a mesma língua e os mesmos costumes, começavam a forjar, na unidade espiritual a unidade política de uma nova geração (AZEVEDO, 1960, p.507).

A falta de material didático para a instrução dos nativos foi sanada em 1599, com a publicação das regras pedagógicas de Santo Inácio: o *Ratio Studiorum*.

Segundo Franca (1952), do ponto de vista histórico, foi por este código – o *Ratio Studiorum* – que se pautaram a organização e a atividade de numerosos colégios que a Companhia de Jesus fundou e dirigiu. No âmbito da Igreja Católica, os jesuítas foram os primeiros a criarem escolas e os colégios vinculados à Igreja, como a tradição hebraica de manter uma escola no fundo na Igreja. Foi nesse processo que nasce o *Ratio Studiorum*. Hoje, ao ler este código podemos considerá-lo uma pedagogia moderna para seu tempo. O *Ratio Studiorum* permaneceu como lei oficial da Companhia durante quase dois séculos, até a supressão da ordem em 1773. Após quase sessenta anos, em 1832, o *Ratio Studiorum* volta a circular pela ordem, após uma revisão. Segundo SEBE (1982, p.58):

O *Ratio Studiorum* visava mais do que os conhecimentos em extensão, uma sistematização. Era a escolástica restaurada que encontrava novas forças e terreno propício. Escolástica restaurada para dar fundamentos filosóficos para os cristãos submetidos às novas condições econômicas.

Portugal se fez forte pela religião, tanto que sob o governo de D. João III definiu-se o império da fé. No Brasil, a Companhia de Jesus ajudou na imposição da metrópole: “O ensino de costumes portugueses, da língua, do respeito à autoridade real, era mantido pelos padres jesuítas que cumpriram aqui a missão colonizadora portuguesa, através do ensino e catequese indígena” (SEBE, 1982, p.54).

Na colônia não existia hospitalidade, base para o comércio entre os nativos, muito menos valores enraizados. Daí é que partimos do pressuposto que nossa cultura foi imposta. Os padres tiveram total liberdade em direcionar a cultura nativa para o Cristianismo e ao modo de vida europeu. Quando falamos em cultura imposta, não quer dizer que foi simples o ensinamento dos nativos, pois é claro, tinham costumes enraizados como a antropofagia e a poligamia, as evasivas de lugar para lugar. O ensinamento implicava a substituição desses valores, ou seja, submetê-los a um processo de aculturação.

Dito isso, por que será que o sistema educacional dos jesuítas permaneceu inviolável por mais de 200 anos? Segundo Sodré (1994, p.17), “o ensino jesuítico sem aprofundar a sua atividade e sem preocupação outra senão a do recrutamento de fiéis e servidores tornava-se possível porque não perturbava a estrutura vigente,

subordinava-se aos imperativos do meio social, marchava paralelo a ele. Sua marginalidade era a essência de que vivia e se alimentava". Porém, os jesuítas se envolviam na política, acumulavam bens, de maneira que se tornaram uma ameaça para a ordem vigente.

A posição da Companhia de Jesus foi sempre a de restauradora do dogma e da autoridade. Este posicionamento recebeu críticas nas análises futuras sobre o atraso do afloramento intelectual brasileiro, sendo visto como o caminho inverso da modernidade. É o que observamos na crítica de Azevedo (1976, p.508):

[...] o livre exame, o espírito de análise e de crítica, a paixão da pesquisa e o gosto da aventura intelectual, que apenas amanheciam na Europa, teriam sem dúvida, alargado o nosso horizonte mental e enriquecido, no campo filosófico, a nossa cultura que ficou sem pensamento e sem substância, quase exclusivamente limitada às letras.

Após a expulsão dos jesuítas pelo marquês de Pombal em 1759, foi baixado o Alvará régio, de 28 de junho de 1759, em que se extinguem todas as Escolas reguladas pelo método dos jesuítas e se estabelece um novo regime. O propósito do Rei era acabar com o humanismo medieval (dito jesuítico) para colocar o humanismo iluminista. Se compararmos o *Ratio Studiorum*, método pedagógico utilizado pelos jesuítas, com as propostas deste Alvará, observaremos que, na verdade, o conteúdo pedagógico continuou o mesmo, só houve alterações no método. O Rei de Portugal fez então, com a implantação destas leis, a grande Reforma da Educação, já

com intuito de participar da Revolução Industrial que estava para acontecer. A nosso ver, as propostas do Alvará iam contra o processo da Revolução Industrial, principalmente no que diz respeito ao conteúdo.

Portanto, com a expulsão dos jesuítas, ainda no período colonial, a Educação estagnou-se. E o Império, que se inicia em 1822, com a Independência, recebe de herança um país com sérios problemas educacionais.

2 Esboço da historiografia da educação colonial brasileira

Existem autores importantes na historiografia da educação brasileira. Porém, de forma geral, a maioria dos autores dedica capítulos ou parte de uma obra para falar da colonização ou catequização; aliás, palavras interpretadas, quase sempre, como sinônimos de educação. De forma alguma estamos levantando uma crítica a este respeito, já que como destacamos anteriormente, não há como desvencilharmos a Educação da Igreja neste período da história brasileira.

Dividimos, neste artigo, a historiografia da educação colonial brasileira, caracterizada pelos livros publicados, em dois grupos: a) a literatura dos primeiros jesuítas, que tem como principais representantes os padres jesuítas José de Anchieta e Manuel da Nóbrega; b) a literatura de referência, na qual identificamos como principais representantes, os seguintes autores: João Capistrano de Abreu, Fernando de Azevedo, Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre, Caio Prado Júnior e Anísio Teixeira.

Além destes dois grupos, incluímos a monumental obra *História da Companhia de Jesus no Brasil* do Padre Serafim Soares Leite pela sua importante contribuição à compreensão do papel dos jesuítas no Brasil.

O Padre José de Anchieta veio para o Brasil em 1553, junto com outros padres que, em oposição à Contra-Reforma, tinham a catequese como objetivo. Anchieta utilizava o teatro e a poesia para catequizar os índios. Das suas contribuições culturais para o nosso país, podemos citar as poesias em verso medieval (destaque: *Poema à Virgem*), os autos que misturavam características religiosas e indígenas, a primeira gramática do tupi-guarani (a cartilha dos nativos), além da fundação de um colégio. Conforme Azevedo (1976, p.13):

As atividades em que se desdobrou, para conquistar e dominar o gentio, palmilhando sertões, penetrando aldeias, construindo igrejas, pregando e ensinando, assistindo a todos e provendo a tudo, chegaram a espantar, não só pela variedade de aspectos que revelam, de uma personalidade extraordinariamente dotada, como pela intensidade da chama ideal em que viveu e se consumiu o grande educador e missionário.

Destacamos de sua obra as *Informações e fragmentos históricos (1584-86)*, em que Anchieta escreveu sobre a vida dos padres da Companhia mortos no Brasil. Suas cartas também merecem destaque, por serem consideradas fontes importantes sobre o primeiro século colonial. "Seus sermões e escritos são o testemunho de uma inteligência rara e arguta, produto de um tempo dividido entre a idealização nostálgica do passado e a esperança profética de um

futuro grandioso, apaixonado e barroco" (VAINFAS, 2000, p.447).

Padre Manuel da Nóbrega foi um sacerdote jesuíta chefe da primeira missão jesuítica à América. As cartas enviadas aos seus superiores são documentos históricos sobre o Brasil no período colonial e a ação jesuítica no século XVI. "Toda a atuação do Padre Manuel da Nóbrega pode ser pesquisada na sua riquíssima correspondência, publicada em várias edições, a melhor das quais por Serafim Leite sob o título "Cartas do Brasil e mais escritos do Padre Manuel da Nóbrega", Coimbra, 1955" (VAINFAS, 2000, p.461). Nas cartas, encontra-se o início da história do povo brasileiro sob o ponto de vista de um catequizador. Entre seus escritos mais importantes estão *Diálogos sobre a conversão do gentio*(1554), primeira obra em prosa da literatura brasileira, e *Cartas do Brasil* (1549-1570).

Nóbrega foi um grande articulador no plano de colonização que os padres jesuítas implementaram no Brasil. Suas cartas trazem detalhes de sua missão no Brasil; podemos, por exemplo, observar neste trecho, retirado da carta de 8 de maio de 1558, enviada ao padre Miguel Torres, Provincial de Portugal, como Nóbrega acredita que a Coroa Portuguesa deveria se posicionar em relação aos índios:

A lei, que lhes hão de dar, é defender-lhes comer carne humana e guerrear sem licença do Governador; fazer-lhes ter uma só mulher, vestirem-se pois têm muito algodão, ao menos depois de cristãos, tirar-lhes os feiticeiros, mantê-los em justiça entre si e para os cristãos; fazê-los viver quietos sem se mudarem para outra parte, se não for para entre os cristãos, tendo

terras repartidas que lhe bastem, e com estes Padres da Companhia para os doutrinar. (NÓBREGA, 1955 apud BITTAR; FERREIRA JUNIOR, 2005, p.156)

Já os autores de referência são aqueles que se tornarem presentes em quase todos os trabalhos sobre a história da educação brasileira. Ao apontarmos estes autores não queremos com isto afirmar que sejam eles os únicos a se destacarem no campo da historiografia brasileira. Além da indiscutível representatividade que estes autores têm no panorama das ciências humanas brasileiras, a escolha de seus nomes foi orientada pelo fato de que em suas obras podemos identificar aspectos fundamentais para a compreensão da educação brasileira no período colonial. No contexto deste trabalho, suas obras adquirem o sentido do que, apropriadamente, Silviano Santiago (2000) chamou de "intérpretes do Brasil" e até onde nos interessa destacar em suas obras, ousamos dizer "intérpretes da educação brasileira".

Capistrano de Abreu publicou em 1907 o livro *Capítulos de história colonial (1500-1800)*. Esta obra foi considerada inovadora, pois o autor conseguiu criar uma nova abordagem das questões históricas do período colonial relacionando-as à diversidade cultural, ou seja, uma forma pluralista de análise da história. Capistrano identifica as diferenças existentes entre o modo de vida dos grupos existentes. Sua obra é caracterizada por tratar-se de uma análise sociocultural do período colonial.

Na década de 1930, destacamos a presença de três intelectuais brasileiros, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda

e Caio Prado Junior, que marcaram a historiografia do Brasil Colonial ao publicarem as seguintes obras consecutivamente: *Casa Grande & Senzala*, *Raízes do Brasil* e *Formação do Brasil Contemporâneo*.

Gilberto Freyre inicia seus estudos sobre a História do Brasil na década de 1920. Antropólogo de formação fez uma contribuição enriquecedora para a historiografia do período colonial ao publicar, em 1933, *Casa Grande & Senzala*. Freyre conseguiu aliar em sua obra a antropologia a uma abordagem histórica. Freyre retrata as relações entre senhores e escravos, chamando a atenção para a importância do negro na formação da cultura brasileira.

Sérgio Buarque de Holanda, outro grande intérprete para a análise do período colonial, publicou, em 1936, o célebre *Raízes do Brasil*. Nesta obra, Sérgio Buarque preocupou-se em compreender os elementos formadores da colonização brasileira. Para isso ele embrenha-se na análise de Portugal ("fronteira da Europa") e de sua adaptação nas terras tropicais: "De Portugal nos veio à forma atual de nossa cultura: o resto foi matéria plástica que se sujeitou, bem ou mal, a essa forma" (1995). Assim como Capistrano de Abreu, Sérgio Buarque interpreta o Brasil colonial com a mesma tradição do pluralismo.

Já Caio Prado Junior, no livro *Formação do Brasil Contemporâneo*, publicado em 1942, faz um estudo do Brasil Colonial buscando a compreensão do presente em relação à história econômica. Caio Prado tem como fio condutor em sua obra o sentido da colonização que tinha como objetivo principal a acumulação de rique-

zas para Portugal. Podemos destacar como característica de sua obra a abordagem teleológica e a explicação estrutural e holística da sociedade colonial.

Encontramos na literatura além de elogios, críticas às obras citadas, por exemplo, há quem fale que Gilberto Freyre amenizou a escravidão ao retratar o cotidiano dos negros em *Casa Grande & Senzala*, ou que Caio Prado em *Formação do Brasil Contemporâneo* tenha sido preconceituoso ao dar um sentido de inferioridade moral dos escravos (GOMES, s.d.). Porém, não podemos deixar de considerar o contexto histórico do período em que as obras foram escritas e, também, a importância dessa literatura para a análise histórica da formação do Brasil. As obras, cada qual com sua importância, nos fornecem elementos para a compreensão da Educação no período colonial. E é justamente por esses elementos que as consideramos obras de referência para o estudo da educação colonial.

Fernando de Azevedo também contribuiu com a historiografia brasileira, principalmente ao publicar, em 1946, *A cultura brasileira*, obra na qual o autor demonstra sua visão nacionalista dos problemas do Brasil. Este livro compreende três tomos. Destacamos o terceiro tomo, *A transmissão da cultura*, no qual focaliza, entre outros temas, o sentido da educação colonial, o ensino, as origens das instituições escolares, a renovação do sistema educativo. Fernando de Azevedo faz também uma apreciação coerente do sistema educacional que os jesuítas mantiveram no Brasil durante mais de dois séculos. Esta obra nos dá subsídios para a análise da educação e

tem como foco principal a formação da cultura brasileira.

Anísio Teixeira, contemporâneo e parceiro de Fernando de Azevedo, na luta pela Educação Brasileira, também trouxe uma rica contribuição para a historiografia da história da educação brasileira. No livro *Ensino superior no Brasil: análise e interpretação de sua evolução até 1969*, Anísio Teixeira faz uma análise do Brasil colônia para entender o ensino. Esta obra merece ser destacada por suas contribuições ao estudo da educação colonial.

Enfim, encerramos com Serafim Soares Leite, padre jesuíta e historiador, que produziu vários trabalhos de reconhecida importância sobre a Companhia de Jesus, entre os quais *Artes e Ofícios dos jesuítas no Brasil*, em 1953. Escreveu também a importante obra em dez tomos, *História da Companhia de Jesus no Brasil*, sendo que nos tomos IV e V, que tratam da colonização, assim como dos aldeamentos, organização e o trabalho dos jesuítas nas missões do Maranhão, Grão-Pará e da Bahia ao Nordeste, nos séculos XVI, XVII e XVIII. A obra de Serafim Leite é caracterizada por ser um trabalho exaustivo, por ter levantado documentos primários arquivados pela própria Companhia de Jesus. Seu rigoroso trabalho é considerado um verdadeiro acervo de informações reunidas a respeito da obra jesuíta no Brasil. Em suas obras encontramos elementos importantes que corroboram para o estudo da educação no período colonial.

Assim como Alfredo Bosi (1992), também compactuamos da opinião que estudar o processo jesuítico no Brasil

Colonial exige uma reflexão sobre a própria cultura brasileira. Observamos que estes autores que consideramos clássicos da história da educação brasileira relacionam em suas obras o processo de colonização com a formação da cultura brasileira. Prova disso, é a obra de Fernando Azevedo, *A cultura brasileira*, que se tornou uma das fontes principais para a reflexão do período colonial brasileiro. Freyre (1990), também analisa o período colonial tendo como fio condutor a cultura brasileira. Na literatura mais recente, destacamos Paiva (1982), em que observamos críticas e aceitação da experiência jesuítica, também tendo como pano de fundo os aspectos culturais da colonização.

O rápido esboço historiográfico que se acaba de fazer buscou apresentar os principais autores e obras sobre a educação colonial brasileira.

3 Os caminhos da pesquisa

Com o intuito de identificar os artigos científicos em que a Educação Colonial é tomada como objeto de análise, realizou-se uma pesquisa de natureza exploratória e descritiva em que os dados foram coletados no *Currículo Lattes* dos pesquisadores.

Para a coleta de dados, fizemos uma busca por assunto no *Currículo Lattes*, utilizando como estratégia de busca a frase exata "Educação Colonial" e como delimitador de busca os pesquisadores Doutores e Demais Pesquisadores que atuam na grande área Ciências Humanas, mais especificamente na área de Educação. O levantamento considerou somente os autores

que publicaram artigos científicos explorando a educação colonial.

Deixamos de lado os pesquisadores que desenvolveram trabalhos com esta temática em outras fontes de informação, como por exemplo, artigos de jornais e anais de eventos. Os trabalhos apresentados nos anais de eventos com a temática educação no período colonial são objetos de pesquisa da tese de doutorado que se encontra em desenvolvimento¹. Já as dissertações e teses que priorizaram a Educação Colonial foram analisadas em recente artigo de Hayashi, Hayashi e Silva (2006).

É importante enfatizar que não pretendemos, com este levantamento, realizar um "estado da arte" da Educação Colonial brasileira, mas apenas uma caracterização das pesquisas já publicadas com esta temática, de modo a contribuir para este campo do conhecimento: a História da Educação brasileira no período colonial.

Deste ponto de vista, o estudo realizado não é exaustivo e nem definitivo e apresenta algumas limitações. As principais dificuldades referem-se à cobertura, abrangência e limitação da base de dados pesquisada. Com isto, os pesquisadores que não definiram em seus artigos a palavra-chave "Educação Colonial", ou aqueles que não atualizaram seus currículos na base de *Currículo Lattes*, não estão presentes no resultado do levantamento.

4 Quem pesquisa hoje a educação colonial?

O levantamento realizado no *Currículo Lattes* nos possibilitou recuperar as referências das publicações. Tendo em mãos essas referências, foi possível identificar quais são os pesquisadores e quais as vertentes estudadas do período colonial.

A pesquisa resultou em 23 pesquisadores. Dos 23 pesquisadores identificados, dois pesquisadores concluíram o pós-doutorado, 16 são doutores, dois são mestres, um especialista e dois graduados. Dos 16 pesquisadores doutores, 10 fizeram doutorado em Educação. Os pesquisadores têm produzido pesquisas abrangendo com maior frequência as seguintes temáticas: História da Educação Brasileira, Educação Colonial e Educação.

Destes 23 pesquisadores, apenas 10 tiveram alguma publicação que aborde a temática "Educação Colonial". Vale ressaltar que consideramos somente as publicações de artigos científicos. Sendo assim, 13 pesquisadores não publicaram artigos científicos com esta temática e, portanto, estes pesquisadores não se enquadraram nos critérios da pesquisa.

Entre 1988 e 2006, 36 artigos científicos, que tiveram como objeto de análise a Educação Brasileira no período colonial, foram publicados pelos 11 pesquisadores identificados. Dos 36 artigos publicados, apenas 1 artigo foi publicado na década de 1980, o que corresponde a 2,7% dos artigos. 41,6% dos artigos foram publicados na década de 1990 e 55,5% foram publicados na década de 2000. Este resultado cha-

ma a atenção para o fato que somente um artigo foi publicado antes dos anos 1990. Apesar de essa situação merecer maiores discussões, devemos lembrar que nossa estratégia de busca e nossa fonte de dados podem não ter recuperado todos os artigos científicos já publicados com esta temática. Porém, podemos afirmar, com base nos resultados obtidos, que o interesse pelo estudo da História da Educação no período colonial é recente, ou seja, a partir do ano 2000.

Em relação aos periódicos em que os 36 artigos identificados foram publicados, verificamos que 13,8% referem-se à *Educação em Questão*, publicada pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e 11,1% no periódico *Comunicações*, publicado pela UNIMEP de Piracicaba-SP, ambas indexadas na lista Qualis – Educação da Capes, sendo a primeira categorizada como Qualis Nacional C e a segunda como Qualis Nacional B.

Os pesquisadores publicaram um número maior de artigos em periódicos da Região Nordeste (41,6%) e da Região Sudeste (30,5%). Este resultado aponta para uma presença maior destas regiões na produção científica sobre a Educação Colonial.

Tendo em vista o número de publicações, identificamos que dois pesquisadores se destacaram em pesquisas sobre esta temática. Ferreira e Bittar publicaram, desde o ano 2000, oito artigos em parceria, que tratam especificamente sobre a educação no período colonial. Os autores foram os primeiros a utilizar o conceito de "casas de

bê-a-bá" para caracterizar as escolas de primeiras letras. Em seus artigos, podemos observar maior interesse pela educação jesuítica no Brasil colonial, levantando aspectos sobre a colonização, evangelização jesuítica, catequese, escravidão, educação dos negros e sobre as fazendas de gado no Brasil colonial.

Paiva publicou, entre os anos de 1999 e 2004, seis artigos sobre o período colonial. Percebemos que seus artigos abordam com maior especificidade a catequização dos índios no processo de colonização, a educação jesuítica, bem como o autor demonstra um interesse para as questões relacionadas à formação da cultura na sociedade brasileira. Vale ressaltar que Paiva também publicou dois livros: *Colonização e catequese*, em 1982, e *Padre Vieira*, em 2002. Ambos os livros abrangem aspectos da educação no período colonial. Apesar de o autor não se considerar um especialista em questões sobre a educação jesuítica no período colonial, podemos considerar suas obras como referências para o estudo da temática "Educação Jesuítica no Brasil".

Observamos que alguns pesquisadores trabalham com a questão da educação colonial em regiões específicas no Brasil colonial. Casimiro (1997, 1998, 2001) publicou três artigos sobre a educação colonial na Bahia e abordou em seus artigos questões relacionadas à ação da Igreja Católica, à atuação dos jesuítas e à educação dos escravos. Nunes (1997) também publicou um artigo sobre a educação colonial na Bahia no qual enfoca especificamente a educação jesuítica. Damasceno (1995, 1998, 1999) trabalhou em seus três artigos

com a temática educação colonial no Pará, mais especificamente com a questão da colonização e legislação educacional no Pará. Já Sellaro (1997) aborda a organização e a educação em Pernambuco, no período colonial.

Casimiro, além de publicar artigos sobre a Educação Colonial na Bahia, também publicou cinco artigos, no período de 1998 a 2005, com a temática "pedagogia jesuítica", levantando aspectos como a ação dos jesuítas na educação dos escravos no Brasil Colonial.

Alves (1996) publicou um artigo sobre a circulação e o consumo de livros clássicos da ilustração no Brasil Colonial, contribuindo para as pesquisas sobre a produção de livros texto no Brasil Colônia. Alves (1988; 2003) também demonstrou em dois artigos o interesse pela temática "Educação Jesuítica".

Nagel (1996a;1996b) publicou dois artigos sobre a educação escolástica no Brasil e sobre a escravidão em 1998. Mais recentemente, Nagel (2005), publicou um artigo sobre a educação colonial sob a égide da modernidade. Oliveira (1991) abordou a questão da cultura e da educação no período colonial.

A temática da produção científica levantada – caracterizada pelos artigos de periódicos – nos leva a afirmar que a educação no período colonial está quase sempre ligada à atuação dos jesuítas. Esta afirmação se baseia no fato de que a maioria dos trabalhos recuperados tem no título as palavras "Educação" e "Jesuítas".

Considerações Finais

Além da produção científica considerada neste artigo como obras de referências sobre a educação no período colonial e da produção científica contemporânea, existe, ainda, uma literatura, normalmente conhecida como livros textos, que é utilizada por docentes como literatura de apoio, principalmente nos cursos de Pedagogia. Esses livros, geralmente sobre a história da educação brasileira, abordam de forma muito tênue a presença dos jesuítas na educação colonial, sendo que em poucas páginas são descritos os mais de 210 anos deste período.

As obras de referência sobre a História do Brasil Colônia acabam abordando a questão da educação neste período. Estas obras são relatos e análises do período colonial, que geralmente contribuem para a historiografia da educação por apresentarem aspectos mais detalhados da cultura e da educação colonial. Existem, ainda, os artigos científicos que possuem um caráter menos exploratório e com temáticas mais direcionadas à compreensão da educação colonial. Existe também a produção científica sobre a educação no período colonial representada pela literatura cinzenta, por exemplo, os trabalhos apresentados em eventos científicos e as dissertações e teses.

Quanto ao período de publicação da produção científica comentada neste artigo, observamos que existe uma parte das publicações, caracterizada pelos livros, que foi produzida entre as décadas de 1930 e 1960, e outra parte, representada pelos artigos científicos, que estão concentradas entre as décadas de 1990 e 2000.

A literatura sobre a história da educação brasileira dá margem a interpretações distintas quanto à questão da ação dos jesuítas na educação brasileira colonial. Este é um tema que provoca posições antagônicas: apoloética e/ou crítica aos jesuítas. Para Alves (2005, p.631):

Não por acaso, no século XVI e início do século XVII, testemunhos contemporâneos variados, inclusive pensadores do porte de Bacon, apontaram o colégio jesuítico como a forma educacional mais avançada. Até os adversários renderam-se a esse fato.

De forma geral, podemos observar que existe muito a ser pesquisado neste campo. As grandes obras já existentes devem ser mais exploradas, documentos primários devem ser analisados com diferentes olhares. Há muito a ser produzido e explorado. Essa afirmação ainda pode ser reforçada ao verificarmos que, no levantamento realizado no *Currículo Lattes*, há 23 pesquisadores que trabalham com a história da educação brasileira, porém somente 10 abordam especificamente a educação no período colonial.

A produção inicial do campo da história da educação no período colonial vem sendo investigada, ainda que de maneira esporádica, revelando que existe um interesse ainda tímido por este objeto de pesquisa em relação a outras temáticas pesquisadas na área de educação. Porém, é passível de se entender que existe realmente um maior interesse por pesquisas com temas considerados da "moda", aqueles que são prestigiosos (cf. BOURDIEU, 1989). Além do mais, o estudo da educação colonial envolve uma afinidade grande do pesquisador

com a temática, pois além da complexidade das questões, é necessário um trabalho árduo para localizar e ter acesso aos documentos primários, fontes importantes de informação.

Nota

¹ SILVA, M. R. da. *Educação Brasileira no período colonial: estudo do campo baseado em redes de colaboração científica*. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos. (Em elaboração)

Referências

- ABREU, Capistrano. *Capítulos de história colonial*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Publifolha, 2000.
- ALVES, Gilberto Luiz. Origens da escola moderna no Brasil: a contribuição jesuítica. *Educação e Sociedade*, Campinas, v.26, n.91, p.617-635, maio/ago. 2005
- AZEVEDO, Fernando de. *A cultura brasileira*. São Paulo: Ed. Universidade de Brasília, 1960.
- _____. *A transmissão da cultura (parte 3)*. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: INL, 1976.
- BITTAR, Marisa; FERREIRA JUNIOR, Amárico. Casas de Bê-a-bá e evangelização jesuítica no Brasil do século XVI. *Revista Educação em Questão*, v.22, n.8, p.153-181, jan./abr. 2005.
- BITTAR, MARISA. Os jesuítas no Brasil colonial. In: ENCONTRO DO GRUPO DE PESQUISA EDUCAÇÃO, HISTÓRIA E CULTURA NO BRASIL: 1549-1759, 6., 2006. (Palestra proferida). Disponível em: <<http://www.ies.ufscar.br/lucech/programas/0235y0o7801.html>>. Acesso em: 03 nov. 2006.
- BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.
- FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas "estado da arte". *Educ. Soc.*, Campinas, v.23, n.79, ago. 2002
- FRANCA, Leonel. *O método pedagógico dos jesuítas – O Ratio Studiorum: introdução e tradução*. Rio de Janeiro, Agir, 1952.
- FREYRE, Gilberto. *Casa grande & senzala*. Rio de Janeiro: Record, 1990.
- GOMES, Rodrigo Elias Caetano. *Nota historiográfica sobre a sociedade colonial*. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.klepsidra.nte/klepsidra17/colonial.htm>>. Acesso em: 20 nov. 2006.
- HAYASHI, Maria Cristina Piombato Innocentini; HAYASHI, Carlos Roberto Massao; SILVA, Márcia Regina da. *Panorama da educação jesuítica no Brasil colonial: síntese do conhecimento em teses e dissertações*. (Prelo)
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). *Estudo detalha situação do analfabetismo no País*. 2003. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/>>

imprensa/noticias/outras/news03_19.htm>. Acesso em: 04 nov. 2006.

PAIVA, José Maria de. *Colonização e catequese*. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1982. v.1. 108p.

RAMOS DE CARVALHO, Laerte. Ação missionária e educação. In: HOLANDA, S. B. de (Org.). *História geral da civilização brasileira*. 4.ed. Rio de Janeiro: Difel, 1977 (Tomo I, v.1).

SANGENIS, Luis Fernando Conde. *Gênese do pensamento único em educação: franciscanismo e jesuitismo na educação brasileira*. 2004. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro/RJ, 2004.

SAVIANI, Demerval. *Sobre a especificidade do objeto da história da educação*. Disponível em: <<http://www.fae.unicamp.br/dermeval/index2.html>>. Acesso em: 10 set. 2005.

SEBE, José Carlos. *Os jesuítas*. São Paulo: Brasiliense, 1982. v. 1.

SANTIAGO, Santiago (Org). *Intérpretes do Brasil*. Rio de Janeiro: Aguilar, 2000.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Síntese da história da educação brasileira*. 17.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

Lista dos artigos científicos identificados no Currículo Lattes

1. ALVES, Gilberto Luiz. A obra educacional da Companhia de Jesus, segundo a historiografia. *Revista Histedbr On-line*, Campinas, v.1, n.9, 2003.
2. _____. A circulação e o consumo de livros clássicos da ilustração no Brasil Colonial: 1759-1822. *Intermeio*, Campo Grande, v.2, n.3, p.40-49, 1996.
3. _____. A catequese jesuítica e a historiografia católica. *Educação em Questão*, Natal, v.1, n.2, p.146-158, 1988.
4. BITTAR, Marisa; FERREIRA JUNIOR, Amarílio. Casas de bê-á-bá e evangelização jesuíta no Brasil do século XVI. *Educação em Questão*, Natal, v.22, n.8, p.153-181, 2005.
5. _____. Pluralidade lingüística, escola de bê-á-bá e teatro jesuítico no Brasil do século XVI. *Educação & Sociedade*, Campinas, v.25, p.171-195, 2004.
6. _____. A pedagogia da escravidão nos sermões do Padre Antonio Vieira. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v.84, p.43-53, 2004.
7. _____. Educação jesuítica e crianças negras no Brasil Colonial. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v.80, n.196, p.472-482, 2002.
8. _____. Educação Jesuítica e fazendas de gado no Brasil Colonial. **Revista de educação**, Pirassununga, v.4, n.4, p.97-108, 2001.
9. _____. Educação jesuítica no Brasil Colonial. *Série-estudos*, Campo Grande, v.12, p.135-143, 2001.

10. _____. Infância, catequese e aculturação no Brasil do século 16. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v.81, n.199, p.452-463, 2003.
11. CASIMIRO, Ana Palmira Bittencourt Santos. A ação da igreja católica na Bahia Colonial. *Revista Consciência*, V. da Conquista, v.7, 1998.
12. _____. A concepção pedagógica de Jorge Benci para os escravizados coloniais. *Revista Histedbr, on-line*, v.3, 2001.
13. _____. A economia cristã dos senhores no Governo dos escravos: uma proposta pedagógica jesuítica simultânea para os senhores e escravos. *Cadernos de Pesquisa Nufihe*, Salvador, v.3, p.187-210, 1999.
14. _____. Elementos fundamentais da pedagogia jesuítica. *Educação em Questão*, Natal, v.20, n.6, p.107-129, 2004.
15. _____. Para um estudo sobre a educação na Bahia Colonial. *Cadernos de Pesquisa Nufihe Educação Temas e Problemas*, Salvador, v.1, p.9-16, 1997.
16. _____. Cartilhas e catecismos usados no Brasil Colonial. *Educação em Questão*, Natal, v.25, n.8, p.182-205, 2005.
17. _____. Quatro visões do escravismo colonial: Jorge Benci, Antônio Vieira, Manuel Bernardes e João Antônio Andreoni. *Politeia História e Sociedade*, V. da Conquista, v.1, p.141-159, 2001.
18. _____. Raízes da pedagogia jesuítica. *Cadernos de Pesquisa Nufihe*, Salvador, v.2, p.119-134, 1998.
19. DAMASCENO, Alberto. Colonização e educação no grão – Pará: algumas notas críticas. *Revista Asas da Palavra*, Belém, v.5, n.10, 1999.
20. _____. Legislação e Educação na América colonial e Imperial no Pará. *Comunicações*, Piracicaba, v.5, n.10, 1998.
21. _____. Problemas na investigação histórica da educação colonial e imperial no Pará. *Revista Ver a Educação*, Belém, v.1, n.1, 1995.
22. FERREIRA Jr., Amarílio; BITTAR, Marisa. A colonização luso-jesuítica e a desconstrução da cultura ameríndia. *Revista Educação e Cidadania*, Campinas, v.5, p.101-112, 2006.
23. _____. Educação jesuítica e crianças negras no Brasil Colonial. *Revista de Educação*, Pirassununga, v.3, p.243-263, 2000.
24. NAGEL, Lizia Helena. Educação Colonial sob a égide da modernidade. *Educação em Questão*, Natal-Rio Grande do Norte, v. 22, n. 8, p. 133-152, 2005.
25. _____. Educação Colonial: escolástica ou burguesa?. *Educação em Questão* v.6, n.2, p.24-38, 1996a.
26. NAGEL, Lizia Helena. Educação & atividade humana: um estudo sobre a possibilidade da educação escolástica no Brasil. *Apontamentos*, Maringá, v.52, p.2-43, 1996b
27. _____. Escravidão & reflexão & educação. *Acta Scientiarum*, Maringá, v.20, p.71-76,

28. NUNES, A. A. A bipolaridade da educação jesuítica na Bahia colonial. *Revista da Academia Baiana de Educação*, Salvador-BA, v.1, n.5, p.53-59, 1997.
29. OLIVEIRA, L. C. V. Educação e cultura no período colonial. *Educação e Realidade*, porto Alegre, v.16, p.15-26, 1991.
30. PAIVA, José Maria de. A sociedade brasileira nos séculos XVI e XVII. *Comunicações*, Piracicaba, v.6, n.2, p.60-67, 1999.
31. _____. Catequese dos índios e imposição cultural – Brasil, século XVI. *Comunicações*, Piracicaba, v.9, n.2, p.17-36, 2002.
32. _____. El papel de la catequesis de los indios en el proceso de colonización. Brasil, 1549-1600. *Paideia*, Universidad de Concepción, v.33, p.99-118, 2002.
33. _____. Transmitindo a cultura: a catequização dos índios do Brasil: 1549-1600. *Diálogo Educacional*, Curitiba, v.1, p.135-156, 2000.
34. _____. Raízes da educação brasileira. *Comunicações*, Piracicaba, v.11, n.1, p.45-57, 2004.
35. PAIVA, José Maria de; VALDÉS PUENTES, R. A proposta jesuítica de educação: uma leitura das Constituições. *Comunicações*, Piracicaba, v.7, n.2, p.122-133, 2000.
36. SELLARO, Leda Rejane. Organização e funcionamento da educação em Pernambuco no período colonial. *Revista de Administração Educacional*, Recife, v.1, p.59-67, 1997.

Recebido em 02 de fevereiro de 2007.

Aprovado para publicação em 28 de março de 2007.

